Revista eletrônica
HISTÓRIA
EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

HISTORICIDADE, ALTERIDADE E DIVERSIDADE:
Os Desafios do Ensino de História e Cultura Indígena nas Escolas

HISTORICITY, ALTERITY AND DIVERSITY:
The Challenges of Teaching Indigenous History and Culture in Schools

ÉDER DA SILVA NOVAK*
IVANA APARECIDA DA CUNHA MARQUES**
ANGELITA VERÔNICA DOS SANTOS***

Resumo: O presente trabalho reflete sobre alguns dos impactos, problemáticas, modificações e permanências produzidas, por intermédio da efetivação da lei 11.645/2008, no processo de ensino aprendizagem sobre a história e cultura indígena no contexto escolar da educação básica. Como fonte foram utilizados os conhecimentos dos alunos do ensino médio de três escolas estaduais do município de Dourados (Mato Grosso do Sul – MS), que participaram da edição do PIBID História (2018-2019), da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Esses saberes foram apreendidos e sistematizados por meio da aplicação de questionários, os quais compuseram a fase inicial das atividades nas escolas, denominada de 'sondagens'. Os estereótipos construídos acerca das populações indígenas e as noções essencialistas de cultura, as quais negam as alteridades étnicas e as sociodiversidades, ainda são grandes desafios a serem superados. A solidificação do diálogo entre a produção acadêmica e a produção escolar, ou seja, a aproximação e articulação entre universidade e escola, se apresenta como um caminho favorável para o debate histórico, o qual deve ser convertido em uma ferramenta que permita a suplantação de mitos e estereótipos, especialmente os referentes aos povos indígenas no Brasil. Trata-se, então, de ultrapassar visões culturalistas, calcadas numa perspectiva predominantemente eurocêntrica e conservadora (cujas noções são responsáveis por fabricar intolerâncias e violências) e compreender as historicidades e reconhecer e respeitar as diversidades.

Palavras-chave: Indígenas; Estereótipos; Sociodiversidades; Universidade e Escola.

Abstract: This paper reflects on some of the impacts, issues, changes and continuities in the teaching and learning of the history and indigenous culture in the school context of basic education which arise from the execution of the Law 11.645/2008. The analyses focused on the knowledge of high school students from three state schools in the city of Dourados (Mato

* Professor da graduação e pós-graduação em História na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) – Faculdade de Ciências Humanas, Dourados, MS, Brasil. Doutor em História pela UFGD. Mestre e Graduado em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: edernovak@ufgd.edu.br.

** Doutoranda e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Graduada em História pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). E-mail: ivanamarquess@outlook.com

*** Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da UEM-PR. E-mail: santosangelita@hotmail.com

Grosso do Sul - MS), who participated in the edition of PIBID História (2018-2019), from the Federal University of Grande Dourados (UFGD). This data was gathered and systematized through the application of questionnaires, which made up the initial phase of activities at the schools, called 'surveying'. Stereotypes about indigenous peoples such as essentialist notions of culture, which deny ethnic alterities and sociodiversities, are still major challenges to be overcome. The solidification of the dialogue between academic production and school production, that is, an approximation and articulation between university and school, presents itself as a favorable path for the historical debate, which must be converted into a tool that allows the overcoming of myths and stereotypes, especially those referring to indigenous peoples in Brazil. Thus it is about overcoming culturalist visions, based on a predominantly Eurocentric and conservative perspective (whose notions are responsible for manufacturing intolerances and violence) and understanding historicities and recognizing and respecting diversities.

Keywords: Indigenous Peoples; Stereotypes; Sociodiversities; University and School.

Introdução

Considera-se que a obra "A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus", organizada em meados da década de 1990, por Aracy Lopes da Silva e Donizete Benzi Grupioni, é a pioneira em ofertar conteúdos da temática indígena aos professores e alunos da educação básica. Conforme a própria dedicação dos organizadores do livro, esses apresentam "as condições necessárias para o convívio construtivo entre segmentos diferenciados da população brasileira, visto como processo marcado pelo conhecimento mútuo, pela aceitação das diferenças, pelo diálogo" (SILVA; GRUPIONI, 1995).

Nesse sentido, a obra citada dialogava com as pesquisas de história indígena nos espaços acadêmicos, que ganharam novos contornos após o processo de redemocratização no Brasil. Esse diálogo é evidente, bastando citar os nomes de João Pacheco de Oliveira, Manuela Carneiro da Cunha, Antonio Carlos de Souza Lima, John Manuel Monteiro, entre outros autores de capítulos, além dos próprios organizadores do livro.

Essa nova configuração dos estudos sobre a história indígena passou a não concordar com a ideia do fim dos povos indígenas, como tanto se propagava desde a chegada dos europeus no continente americano.

> Durante quase cinco séculos os índios foram pensados como seres efêmeros, em transição: transição para a cristandade, a civilização, a assimilação, o desaparecimento. Hoje se sabe que as sociedades indígenas são parte do nosso futuro e não só de nosso passado. (CUNHA, 1992, p. 22).

Dessa forma, colocava-se aos pesquisadores o desafio de superar a visão vitimizadora em relação aos povos indígenas. Propunha-se, então, um olhar muito além das abordagens apocalípticas que demonstravam unicamente a aniquilação física e cultural das etnias indígenas no Brasil.

> A extinção dos índios, tantas vezes prognosticada, é negada enfaticamente pela capacidade das sociedades nativas em sobreviver os mais hediondos atentados contra sua existência. Recuperar os múltiplos processos de interação entre essas sociedades e as populações que surgiram a partir da colonização européia, processos esses que vão muito além do contato inicial e dizimação subsequente dos índios, apresenta-se como tarefa essencial para uma historiografia que busca desvencilhar-se de esquemas excessivamente deterministas. Com isto, páginas inteiras da história do país serão reescritas; e ao futuro dos índios, reservar-se-á um espaço mais equilibrado e, quem sabe, otimista. (MONTEIRO, 1995, p. 228).

John Manuel Monteiro, na obra "Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo", realizou exatamente essa reescrita de algumas páginas da história do Brasil, em que demonstrou o protagonismo dos indígenas na constituição da cidade de São Paulo e toda a importância da mão de obra indígena dentro do sistema colonial estabelecido no Brasil, durante os primeiros séculos de colonização (MONTEIRO, 1994). Não obstante, na citada obra para a educação básica, em seu capítulo, Monteiro apresentava um novo desafio aos historiadores:

> [...] cabe ao historiador recuperar o papel histórico de atores nativos na formação das sociedades e culturas do continente, revertendo o quadro hoje prevalecente, marcado pela omissão ou, na melhor das hipóteses, por uma visão simpática aos índios, mas que os enquadra como vítimas de poderosos processos externos à sua realidade. (MONTEIRO, 1995, p. 227).

Se a obra organizada por Silva e Grupioni (1995) tinha como público alvo os professores da educação básica, para Monteiro (1994), apresentar o indígena enquanto sujeito histórico era também um desafio aos docentes das escolas, sobretudo, aos professores de história. Obviamente, não se tratava de algo muito simples, porque:

> Por má consciência e boas intenções, imperou durante muito tempo a noção de que os índios foram apenas vítimas do sistema mundial, vítimas de uma política e de práticas que lhes eram externas e que os destruíram. Essa visão, além de seu fundamento moral, tinha outro, teórico: é que a história, movida pela metrópole, pelo capital, só teria nexo em seu epicentro. A periferia do capital era também o lixo da história. O resultado paradoxal dessa postura "politicamente correta" foi somar à eliminação física e étnica dos índios sua eliminação como sujeitos históricos (CUNHA, 1992, p. 17-18).

Conquanto, as obras de Cunha (1992) e Monteiro (1994) foram essenciais para o desenvolvimento da pesquisa acadêmica em história indígena e tem servido de referência para todos os pesquisadores que se debruçaram sobre a temática. Além da criação de laboratórios, grupos de estudos e pesquisas em história indígena se proliferaram nas universidades e em programas de pós-graduação por todo o Brasil, o que possibilitou o aumento considerável nas publicações de livros, capítulos, artigos e demais materiais pertinentes à temática, assim como, a expansão no número de defesas de dissertações e teses. Destaca-se também, a presença dos intelectuais indígenas, que muito colaboram para o conhecimento das historicidades das etnias

indígenas presentes no Brasil, isso porque, "as sociedades indígenas de hoje não são, portanto, o produto da natureza, antes suas relações são mediatizadas pela história" (CUNHA, 1992, p. 12).

Contudo, apesar dos avanços no universo acadêmico nessas últimas décadas, problemas teóricos e metodológicos permanecem existindo nos estudos de história indígena no Brasil, ainda marcados por uma forte influência da perspectiva ocidental/ eurocêntrica e por uma carga de estereótipos, que recaem nas visões essencialistas de culturas, do indígena folclorizado, romantizado, aculturado, vitimizado ou do indígena malvado, cruel, primitivo e preguiçoso, as quais descaracterizam as ações indígenas em cada contexto histórico brasileiro e não os revelam enquanto sujeitos de sua história.

> Em geral, as ações indígenas no passado – e também no presente – são explicadas a partir de representações distorcidas e estigmatizantes, que impossibilitam a compreensão dos objetivos e significados que tiveram para os seus contemporâneos, levando os leitores(atuais e do passado) a minimizar a importância dessas iniciativas. [...] Recolocar os indígenas como agentes efetivos na construção do Brasil não é uma tarefa com repercussões restritas e pontuais. À semelhança de mexer em um castelo de cartas, somos involuntariamente conduzidos a rever as interpretações mais frequentes e consagradas que eminentes historiadores, sociólogos, geógrafos, economistas e antropólogos formularam sobre o país. Buscar compreender melhor – mais além dos estereótipos – as motivações e significados das ações realizadas por indígenas implica lançar outra luz sobre eventos e personagens da história nacional. (OLIVEIRA, 2016, p. 7-8).

Portanto, se ainda é possível perceber as limitações e os problemas dos estudos sobre a temática indígena no interior dos espaços acadêmicos, como compreender o processo de ensino-aprendizagem acerca da história e cultura indígena no contexto escolar da educação básica? O ensino de história nas escolas tem contribuído para a desconstrução de mitos e estereótipos, presentes em grande parte dos brasileiros, em relação à história e cultura dos povos indígenas? O conhecimento histórico em sala de aula tem enfatizado os indígenas como sujeitos históricos e protagonistas na formação histórica do Brasil? A Lei 11.645/2008, que tornou obrigatório o ensino de história e cultura indígena em toda a educação básica, está sendo concretizada no âmbito escolar?

Distante da intenção de responder a todos esses questionamentos, esse estudo analisa o conhecimento dos alunos do ensino médio, de três escolas estaduais do município de Dourados (Mato Grosso do Sul – MS), que participaram da edição do PIBID História (2018-2019), da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). As três escolas estaduais participantes foram: Vilmar Vieira de Matos, Floriana Lopes e Alicio de Araújo. Ao todo 638 alunos do ensino médio integraram o PIBID História.

'História e cultura indígena' foi a temática de trabalho escolhida, justamente porque no município de Dourados, assim como em todo o estado do Mato Grosso do Sul, são frequentes os conflitos entre indígenas e não indígenas, sobretudo devido às questões territoriais. Portanto, prevalece um clima de hostilidades, tensões e ameaças, e inúmeras vidas indígenas são ceifadas. As repercussões de toda essa violência são interpretadas de variadas formas e geralmente são influenciadas pela mídia local que, atrelada aos interesses do agronegócio, descaracterizam a luta e a presença histórica das etnias indígenas do estado.

Entre os diferentes grupos de trabalhos (GTs) organizados pelo PIBID História da UFGD,[1] na edição 2018-2019, estava o GT denominado "Sondagens", que teve a atribuição de aplicar seis questões a todos os alunos do ensino médio das escolas participantes do programa.[2] Nesse estudo, será apresentado o resultado dessa etapa da pesquisa, especificamente sobre as duas seguintes questões:

- Em sua opinião, os índios do Brasil estão acabando? Justifique.
- Em sua opinião, o índio verdadeiro é aquele que vive pelado na floresta? Justifique.

A primeira questão foi respondida por 96 alunos, enquanto a segunda obteve 89 respostas. A sistematização das respostas e sua análise evidenciam a permanência dos mitos e estereótipos elencados por Manuela Carneiro da Cunha e John Manuel Monteiro durante a década de 1990. O desafio proposto por Monteiro (1995), de apresentar os indígenas como sujeitos históricos na formação do Brasil, parece ainda muito distante de ser concretizado. Além disso, o reconhecimento da alteridade étnica e a valorização e o respeito à diversidade cultural, presentes na CF de 1988, também enfrentam grandes barreiras que dificultam o alcance desses objetivos, o que acentua o clima de intolerância e hostilidade em relação às questões étnico raciais e, em específico, no que se refere os povos indígenas do país. São situações problemas que se refletem também no contexto escolar, em que a cultura histórica dos alunos

1 O PIBID História UFGD (2018-2019) foi organizado em quatro Grupos de Trabalhos, todos articulados com a temática ensino de história e cultura indígena: 1 – GT Sondagens, para obter o conhecimento prévio dos alunos; 2 – GT Questionário, responsável pela aplicação de questões referentes à Lei 11.645/2008 juntos aos professores, supervisores e gestores das escolas; GT Livro Didático, com a atribuição de sistematizar os conteúdos presentes nos livros didáticos utilizados pelas turmas do ensino médio; e GT Árvore Genealógica, que buscou compreender a historicidade dos alunos do ensino médio, suas famílias e seus possíveis ascendentes indígenas. Após essa fase dos GTs, o PIBID História organizou as oficinas que foram realizadas nas três escolas, abordando diferentes temas da história e cultura indígena, destacando as etnias da região de Dourados. Ao final um novo questionário foi aplicado aos alunos participantes das oficinas. Outros estudos estão sendo elaborados para melhor apresentação do PIBID História UFGD (2018-2019), assim como analisar todo o material produzido pelos GTs.

2 As seis questões foram embasadas nos títulos dos capítulos da obra de Collet; Paladino; Russo (2014).

está marcada pela visão etnocêntrica e influenciada pelos meios de comunicação, redes sociais, etc.

Anteriormente à análise das respostas dos alunos do ensino médio, é importante realizar alguns apontamentos sobre o ensino de história no Brasil, enfatizando a temática indígena em sala de aula e apresentando um pontual debate sobre a criação e a efetivação da Lei 11.645/2008.

O ensino de história e a Lei 11.645/2008

Como já dito, a obra organizada por Silva e Grupioni (1995) pode ser considerada a primeira com o objetivo de congregar conteúdos específicos sobre a temática indígena para o uso por parte dos professores da educação básica no Brasil. Portanto, houve uma iniciativa dos pesquisadores da história indígena em compartilhar o conhecimento histórico produzido na academia, junto aos docentes dos espaços escolares, caracterizando um movimento de aproximação entre universidade e escola.

Obviamente que alguns pesquisadores da área do ensino de história já tinham apontado para a necessidade de mudanças na forma de se ensinar essa disciplina, com uma nova perspectiva da história problema, do aluno sujeito, do pensamento histórico-crítico. Um conhecimento que evidenciasse o devido papel dos indígenas, dos negros, das mulheres, dos camponeses, dos trabalhadores na formação histórica do Brasil.[3] Conforme apontou Mathias (2011), durante a década de 1980, influenciados pelas mudanças historiográficas e pelo contexto de transformações políticas na luta pela redemocratização do país, historiadores buscaram reformular o ensino de história.

Especificamente sobre a temática indígena, ao final da década de 1980, alguns pesquisadores da área do ensino de história demonstraram as omissões e as fragilidades dos materiais didáticos utilizados nas aulas de história:

> A história indígena antes de 1500 simplesmente não existe e esses livros dedicam no máximo algumas páginas ou linhas aos índios. Mesmo assim, esses índios são vistos mais do ponto de vista folclórico [...] do que como povos com valor em si. Ou seja, a esmagadora maioria dos livros reproduz o ponto de vista dominante, mesmo quando dedicam algum espaço (sempre mínimo) às sociedades indígenas, uma vez que reduzem o valor destas à sua inserção na sociedade colonial em expansão. (DAVIES, 2001, p. 97).

3 Como exemplo ver: Cabrini (1986) e a obra organizada por Pinsky (1988), com inúmeras edições posteriores.

Dessa forma, predominavam as apologias aos colonizadores, as quais negavam, inclusive, a presença das etnias indígenas nos territórios conquistados, criando o mito do vazio demográfico:

> Eis uma palavra (povoamento) de forte carga ideológica nos livros didáticos, nos quais não designa a ocupação de um espaço físico por seres humanos, mas apenas a ocupação pela sociedade colonial expansionista. O povoamento por indígenas não é considerado como povoamento nesses livros. Ou seja, o povoamento na história brasileira adquire um sentido muito específico, restrito, não abrangendo qualquer ser humano, significação esta inteiramente coerente com o eurocentrismo e o etnocentrismo já apontados. (DAVIES, 2001, p. 101).

Os escassos momentos em que a temática indígena marcava presença na sala de aula, era durante a reprodução de uma literatura que possuía uma visão essencialista de cultura, que "exaltava o índio 'em estado puro', imaginado, valente e orgulhoso, que preferia morrer a ser aprisionado pela tribo rival. Fisicamente distante e idealmente reconstruído, o índio não incomodava, portanto." (PINSKY, 2001, p. 16).

Em outros breves momentos, os indígenas eram demonstrados como aculturados e/ou civilizados, consonantes com "o projeto de uma escola 'única', capaz de transmitir uma única cultura, um conjunto único de tradições, uma única história" (BITTENCOURT, 2001, p. 68). Portanto, buscava-se a criação de uma identidade comum, em que os povos indígenas não fossem compreendidos em suas especificidades, mas sim, no conjunto do ideal de nação, cuja colonização se deu de forma harmoniosa entre brancos, negros e indígenas (NADAI, 2001, p. 24).

Era um ensino de história que priorizava a ideia de um bem comum, em que o passado era apresentado sem conflitos, sem divergências, sem disputas e sem contradições. No espaço escolar, a História era usada como mecanismo de garantir o projeto de homogeneização e unificação da sociedade brasileira e da constituição do cidadão brasileiro (NADAI, 2001, p. 25). Isso se daria:

> [...] pela institucionalização de uma memória oficial, na qual as memórias dos grupos sociais, das classes, das etnias não dominantes economicamente, não se encontravam suficientemente identificadas, expressas, representadas ou valorizadas. (NADAI, 2001, p. 25).

No mesmo período em que os pesquisadores, citados acima, elencavam as mudanças necessárias no ensino de história, lideranças e organizações indígenas atuavam na elaboração de nova constituinte brasileira. Esse protagonismo étnico representou algumas conquistas aos povos indígenas, asseguradas na CF de 1988, como o direito à demarcação de terras, à saúde e à educação intercultural, específica e bilíngue, além do reconhecimento da alteridade étnica e da valorização da diversidade cultural (OLIVEIRA, 2016).

Essas conquistas dos povos indígenas e as mudanças apontadas no ensino de história indicavam, a partir dos anos 1990, um novo caminho para essa disciplina em sala de aula. Uma história que não mais primasse pela homogeneidade cultural da sociedade brasileira, mas, pelo contrário, que evidenciasse as especificidades das etnias indígenas no Brasil, devidamente contextualizadas, e que as colocasse como protagonistas da formação do país, de modo que fosse desconstruída toda forma de preconceito em relação aos indígenas no Brasil.

Era essa a expectativa quando se deu a elaboração da LDB 9394/96 e dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) no decorrer da última década do século XX, os quais, entre outros temas, estabeleceram o reconhecimento da pluralidade cultural. Como destaca Silva (2013) a articulação das lideranças indígenas foi decisiva para essas discussões e inclusões na legislação educacional no país, que representaram "a primeira abertura, de fato, para a valorização da sociodiversidade brasileira quando asseverou a relevância dessas contribuições étnicas e culturais no campo educacional" (SILVA, 2013, p. 122).

Destarte, objetivos semelhantes estavam presentes na obra de Silva e Grupioni (1995), quando juntaram pesquisadores da história indígena para a elaboração de uma obra paradidática aos professores da educação básica:

> Respeito a diferença, saber conviver com os que não são exatamente como eu sou ou como eu gostaria que eles fossem e fazer das diferenças um trunfo, explora-la em sua riqueza, possibilitar a troca, o aprendizado recíproco, proceder, como grupo, a construção [...] Tudo isto descreve desafios e vivências que tem, cotidianamente, lugar na escola. Ela é o nosso mundo, para nós, que somos professores, estudantes, diretores, supervisores, secretários, orientadores. (SILVA; GRUPIONI, 1995, p. 18).

Entretanto, as forças neoliberais marcaram as reformas educacionais no Brasil no final do século XX e influenciaram de maneira acentuada na proposição do ensino de história nas escolas. Para a História, conforme Fonseca (2003, p. 35) esse contexto representou "a diluição do objeto da disciplina [...] uma restrição do acesso ao conhecimento histórico". Da mesma forma, Janotti (2005) deixa claro que a proposta de introduzir novos sujeitos históricos, como os indígenas, por meio de um viés politizado e contextualizado, não foi alcançada. A autora revela um ensino de história fragmentado, despolitizado e sem consciência histórica.

Portanto, o início do século XXI caracterizou-se pela existência de um ensino de história e cultura indígena muito fragmentado, restrito aos elementos culturais, focados geralmente em exemplos de etnias presentes na região amazônica. Essa cultura – entendida no singular – costuma ser celebrada em datas específicas, como o 19 de abril, em ações superficiais que acabam reforçando os estereótipos dos alunos

em relação aos povos indígenas do Brasil, como as pinturas corporais, o uso de cocares, a construção de ocas, as músicas utilizadas, sempre com uma perspectiva do índio no sentido genérico, folclorizado e exótico, sem nenhuma contextualização histórica (COLLET; PALADINO; RUSSO, 2014).

Os indígenas, cada vez mais presentes nas escolas não indígenas, passaram a exigir mudanças no ensino de suas historicidades e suas culturas. Conquanto, a Lei 11.645/2008 precisa ser interpretada "como resultado de discussões, reivindicações e mobilizações dos povos indígenas, de indigenistas e de movimentos sociais engajados na defesa da causa" (SILVA, 2013, p. 125).

A partir da obrigatoriedade do ensino de história e cultura indígena nas escolas, iniciaram-se os debates para a sua efetivação. Conforme Silva e Fonseca (2010, p. 22):

> Pesquisas em desenvolvimento na rede escolar de ensino público e privado têm evidenciado contradições e dificuldades dos professores em ministrar tais conteúdos. As razões teóricas, políticas e pedagógicas, narradas pelos professores são múltiplas. No entanto, há pontos em comum. Primeiro, a lacuna existente na formação inicial. Grande parte dos cursos de Licenciatura em Pedagogia e História, no Brasil, ainda não preparava, em 2008, os professores para o estudo das temáticas no ensino fundamental. Somam-se a isso as dificuldades para obtenção de material didático pertinente. Logo, mais um consenso foi produzido: a necessidade de implantação e desenvolvimento de projetos de formação continuada para suprir tais lacunas teóricas e metodológicas, além da revisão dos currículos das Licenciaturas e o incremento de livros e materiais didáticos no que concerne a essas problemáticas.

Os autores tratam de três temas básicos para a concretização dos objetivos da Lei 11.645/2008: formação inicial, material didático e formação continuada. Quatro anos após a promulgação da lei, Pereira (2012) apontava para a permanência dos equívocos e dos estereótipos em relação à temática indígena nas escolas, criticando a ausência de diálogo entre a produção acadêmica e a produção escolar.

> No caso de ensino de história e cultura indígena na educação básica, é preciso registrar a escassez de obras voltadas a tal finalidade, pouco diálogo entre a produção acadêmica e a produção escolar. Da mesma forma, há sensíveis diferenças entre o ensino de história indígena no âmbito da educação indígena e o ensino de história indígena em todos os níveis da educação básica. Nota-se, também, o vigor com que perduram datas cívicas como o 19 de abril na educação infantil, as quais perpetuam, ainda hoje, estereótipos e valores equivocados a respeito dos indígenas brasileiros e de sua história (PEREIRA, 2012, 318).

Sucessivos trabalhos acadêmicos procuraram analisar as mudanças no pós Lei 11.645/2008, assim como, produzir material didático e paradidático para os professores da educação básica. Entre esses trabalhos destacam-se:

- A temática indígena na escola: subsídios para os professores (FUNARI; PIÑON, 2011);
- A temática indígena em sala de aula: reflexões para o ensino a partir da Lei 11.645/2008 (SILVA; SILVA 2013);
- Quebrando preconceitos: subsídios para o ensino das culturas e história dos povos indígenas (COLLET; PALADINO; RUSSO, 2014);
- Ensino (d)e História Indígena (WITTMANN, 2015);
- O ensino da temática indígena: subsídios didáticos para o estudo das sociodiversidades indígenas (ANDRADE; SILVA, 2017);
- Formação docente e o ensino da temática indígena (SILVA; ANDRADE; SILVA, 2021);
- Aproximando universidade e escola: ensino de histórias e culturas indígenas (NOVAK; MENDES, 2021).

Assim como a obra organizada por Silva e Grupioni (1995), todos os livros acima elencados contam com pesquisadores da história indígena e do ensino de história, os quais trabalham no sentido de articular os conteúdos publicados na academia e o conhecimento histórico produzido nos espaços escolares. Somam-se a essas obras uma grande quantidade de artigos publicados em diversos periódicos, capítulos de livros e trabalhos apresentados em eventos nacionais e internacionais.

De uma forma geral, esses estudos indicam mudanças no contexto após a Lei 11.645/2008, com destaque para:

- A inclusão de disciplinas específicas nos cursos de graduação em licenciatura (formação inicial), com o objetivo de debater as questões étnico raciais e a história e cultura dos povos indígenas;
- A reformulação dos livros e demais materiais didáticos, com mais conteúdos sobre a temática indígena;
- A realização de cursos de formações continuadas com o tema história e cultura indígena, por várias instituições de ensino superior, junto às secretarias estaduais e municipais de educação, para os professores das escolas.

Algumas das obras acima citadas são frutos dos cursos de formações continuadas com os professores das escolas. Contudo, se por um lado, é possível verificar significativos avanços em virtude da Lei 11.645/2008, por outro, é pertinente afirmar que há um longo caminho para a desconstrução dos estereótipos presentes na sociedade brasileira, construídos em quase cinco séculos de uma visão predominantemente eurocêntrica, que pregava o fim do indígena, seja físico ou culturalmente.

As conquistas na CF de 1988 e na legislação educacional das últimas três décadas, com destaque à Lei 11.645/2008, ainda esbarram em projetos políticos conservadores, de retrocessos, que insistem em defender a homogeneidade cultural e a constituição de uma identidade única para a sociedade brasileira, nem que para isso sejam eliminados os que pensam, agem ou vivem de forma diferente. São situações de intolerância, violência e perseguições constantes na atualidade do país, com extrema dificuldade de se reconhecer a alteridade étnica e se valorizar a diversidade cultural.

Esse contexto acaba influenciando a opinião e o posicionamento dos alunos nas escolas, como será demonstrado no próximo item, em que os estereótipos em relação aos povos indígenas se fazem presentes na grande maioria das respostas. Conquanto, como revela Bittencourt (2018, p. 127), "as recentes transformações da História [...] enfrentam constantes desafios para se efetivarem, como a inclusão [...] da história dos povos indígenas." De uma forma geral, isso se assemelha ao desafio apontado por Monteiro (1995) há mais de duas décadas.

E a autora de produções sobre o ensino de história apresenta uma análise pertinente para a dificuldade acima citada:

> Pelas propostas atuais, em âmbito internacional, muitos dos pressupostos humanistas estão sendo relegados e considerados implicitamente retrógrados. Pelos projetos do moderno capitalismo a educação deve se submeter exclusivamente à constituição de identidades integrantes do mundo globalizado, com total diluição das diferenças. E sob essa concepção de "todos iguais" torna-se possível estabelecer formas de avaliação internacional com pretensões de controle sobre conteúdos, métodos em escala internacional. (BITTENCOURT, 2018, p. 143-144).

São constatações muito próximas daquelas realizadas por essa autora e seus pares do ensino de história há mais de 30 anos, conforme apresentadas anteriormente.

O conhecimento prévio e assistêmico dos alunos: um (difícil) ponto de partida para historiadores e professores de história

Durante um longo período, a história teve suas atenções voltadas à análise do papel dos colonizadores, omitindo a participação dos indígenas na formação do Brasil, negando suas historicidades e reproduzindo os estereótipos em relação à cultura e à identidade das diversas etnias. Foram cinco séculos de representações sobre os povos indígenas, sempre do ponto de vista do ocidente europeu: os relatos, pinturas, obras literárias, músicas etc. foram reproduzidos pela história, ora apresentando os indígenas de forma idílica e romantizada, como bons, mansos e civilizados, ora como maus selvagens, pagãos e arredios, conforme os interesses da ordem colonial.

Indiscutivelmente, essas representações, embora indevidas, se consolidaram no imaginário de grande parte da sociedade brasileira, influenciadas pelo discurso homogeneizante e pela ideia assimilacionista. Dessa forma, apesar das últimas três décadas terem sinalizados mudanças na forma de considerar a participação indígena na história do Brasil:

> Nossos dados e interpretações não permanecem na cabeça das pessoas porque contraditam uma narrativa que lhes é antagônica, assentada em pressupostos não demonstrados, mas inteiramente naturalizados pelas pessoas e instituições. (OLIVEIRA, 2016, p. 45).

São considerações necessárias para se entender as respostas dos alunos do ensino médio das escolas de Dourados – MS, em relação aos dois questionamentos propostos para análise nesse estudo, abordando os dados demográficos dos povos indígenas no Brasil, assim como, as suas culturas e identidades étnicas.

Destarte, é pertinente citar que esses alunos vivem em uma microrregião e um estado onde o agronegócio é muito valorizado, possui forte poderio econômico e tem representantes no meio político (a bancada ruralista). Esses fatores influenciam os meios de imprensa regionais (jornais, rádios, TVs), que geralmente reproduzem imagens e notícias que descaracterizam a história e as ações dos indígenas presentes no Mato Grosso do Sul. A isso, soma-se ainda o papel desempenhado pela desinformação propagada por parte das redes sociais e aplicativos de comunicação, os quais proliferam mentiras e discurso de ódio contra as etnias locais.

Demografia indígena: historicizando para o reconhecimento da alteridade étnica

Estima-se que a população indígena presente no território que hoje corresponde ao Brasil, no momento da chegada dos europeus, variava de 3 a 10 milhões, contando com aproximadamente 1.200 etnias. O processo de colonização fez uso de diversos tipos de violência, promovendo a dizimação de muitos povos indígenas e uma redução acentuada de sua população.

No século XIX e XX, as invasões dos territórios indígenas, em virtude do avanço das frentes colonizadoras, intensificaram os conflitos e as mortes de indígenas em todas as regiões brasileiras. Conforme dados da FUNAI, a população indígena no país, em meados do século XX, era de aproximadamente 70 mil. Os relatórios da Comissão Nacional da Verdade revelam que mais de 8.300 indígenas foram mortos durante o período da Ditadura Militar no Brasil.

Entretanto, a atuação do movimento indígena foi decisiva para a garantia de alguns direitos, devidamente assegurados pela CF de 1988. Conquistas importantes nas áreas de saúde e educação, assim como nos processos de demarcação de terras, favoreceram a existência e a sobrevivência dos povos indígenas no Brasil e possibilitaram a redução da mortalidade, o aumento na taxa de natalidade e a retomada do crescimento demográfico da população indígena brasileira. O reconhecimento à alteridade étnica e a valorização e o respeito à diversidade cultural finalmente foram contemplados, em contraponto ao histórico projeto homogeneizador.

Os últimos três Censos Demográficos do IBGE revelam esse crescimento da população indígena no Brasil, sendo 294.131 em 1991, 734.127 no ano de 2000 e 896.900 em 2010. No estado do Mato Grosso do Sul está a segunda maior população indígena entre as unidades federativas do Brasil. Somente na microrregião de Dourados, vivem aproximadamente 30 mil indígenas, conforme dados do IBGE. Em praticamente todos os municípios dessa microrregião, ocorreu o aumento da população indígena nos últimos 30 anos. Em Dourados, os indígenas estão nos espaços urbanos, nas ruas, no comércio, nas escolas e nas universidades, assim como na Reserva Indígena de Dourados (RID).

Apesar desse contexto, mais da metade dos alunos responderam ‘SIM’ para a questão “Em sua opinião, os índios do Brasil estão acabando?” Do total de 96 respostas obtidas, 53 (55,2%) foram afirmativas e 43 (44,8%) negativas. A Tabela 1 demonstra os resultados dessa primeira questão, apresentando o total em cada uma das três escolas participantes da ‘sondagem’.

Tabela 1: Resultado da sondagem “Os índios estão acabando?”

Nome da Escola	Respostas SIM	Respostas NÃO
Vilmar Vieira de Matos	18	10
Floriana Lopes	15	13
Alicio de Araújo	20	20
Total	53	43

Fonte: elaborado pelos autores.

Como pode ser observado, há algumas diferenças no total por escola, sendo que na escola Vilmar Vieira de Matos mais de 64% dos alunos responderam ‘SIM’. São detalhes que precisam ser analisados de forma minuciosa, em cada contexto escolar, em futuros estudos.

Mais importante que o total de respostas afirmativas e negativas foram as justificativas apresentadas pelos alunos. Mesmo aqueles que responderam ‘NÃO’, em sua grande maioria, se utilizaram de estereótipos comumente reproduzidos em relação

aos indígenas do Brasil. Primeiramente será realizada a análise das justificativas para as respostas 'SIM' e, na sequência, as das 'NÃO'.

As 53 justificativas utilizadas pelos alunos que responderam 'SIM' foram sistematizadas em três grupos: I - O indígena enquanto vítima ou culpado de sua suposta extinção; II - Discurso da modernização e da aculturação; III - Povos discriminados e que sofrem preconceitos.

I – O indígena enquanto vítima ou culpado de sua suposta extinção

Muitos alunos responderam que os indígenas estão acabando em virtude das mortes ocorridas, em grande parte dos casos, por ação de outros indígenas, aos quais são atribuídos vários adjetivos de cunho pejorativo, como os de baderneiros e alcoolistas. A vitimização dos indígenas coloca-os numa posição de dominação e passibilidade, arrancando deles o papel de sujeitos político-sociais, ou seja, negligenciando suas atuações, conchavos, alianças, etc., e os prendendo à uma concepção dicotômica, em que os indígenas são considerados os vencidos e, os não indígenas, os vencedores.

Quadro 1: Respostas para a sondagem "Os índios estão acabando?"

SIM – Com a evolução e o crescimento das cidades, os índios estão perdendo seu território e estão sendo mortos pela sociedade e até mesmo um pelo os outros.
SIM – Pois, teve muitas mortes, pois eles vieram para dentro da cidade, e muitos não aceitaram. E também eles começaram a se acostumar com os costumes dos que vivem dentro da cidade, os brancos, por exemplo. E muitos começaram a beber e se drogar e acontecer muitos acidentes por conta disso também.
SIM – Estão acabando porque muitos estão morrendo pelo ódio de alguns homens brancos lá na aldeia Bororo eles bebem muito e acabam morrendo atropelado e alguns brigam entre si e matam de facão. Brigas por terras eu acho, e eles estão se misturando muito.
Sim – hoje em dia os índios brigam muito por terras e muitos acabam sendo mortos por isso. Há outros meios de brigas que levam a morte como briga de família ou até acidentes
SIM – Eles estão morrendo por causa de bebidas alcóolicas drogas e etc. Isso tá vindo acabando com os índios brasileiros.
SIM – Os índios estão vivendo isolados porque eles são muitos injustiçado, por isso devem se manter isolados. Como eles vão sendo isolados, eles meio que vão se matando por causa das brigas que ocorrem.

Fonte: PIBID, 2018.

São justificativas que reproduzem a superficial polarização índios *versus* não índios e que, em muitos momentos, reafirmam a ideia de que os indígenas são relacionados à periferia e à marginalidade social. O viés vitimizador associa-se com a percepção da história como uma via de mão única, em que as ações sempre partem dos não indígenas e as mudanças internas nas etnias ocorrem somente em virtude de fatores externos, retirando qualquer protagonismo dos indígenas.

Quadro 2: Respostas para a sondagem “Os índios estão acabando?”

SIM – Estão sim porque estão desmatando o lugar aonde eles viviam e assim estão sem lugar para morar.
SIM – Na minha opinião os índios do Brasil estão acabando sim porque eles estão ficando sem moradia, muitos confrontos com os fazendeiros por causa de terra ou um lugar fixo para ficar, e nesses confrontos uns acabam perdendo a vida.
SIM – Hoje o índio sofre discriminação racial e social muitos índios hoje morrem por disputas de terras. Claramente os índios de hoje ainda não tem direito como antes da chegada dos portugueses como os direitos das terras, que perderam para os brancos, tribos que foram extintas e até mesmo suas crenças.
SIM – Eu acho que está acabando sim os índios do Brasil pois à muita discriminação a respeito dos indígenas, e com essa discriminação tem muitos índios sendo assassinados e também excluídos da sociedade.
SIM – Porque a situação de vida deles são mais precárias do que outros brasileiros, a saúde, alimentação, assim ficando passíveis a pegarem doenças e acabarem indo a óbito.
SIM – Porque estão perseguindo eles e também morrendo de fome.

Fonte: PIBID, 2018.

Historicamente se constituiu essa imagem de exploração dos povos indígenas, reforçadas pelos próprios livros didáticos e pelo ensino de história. Não obstante, a proposta não é a de negar os processos de esbulhos dos seus territórios e a redução considerável da população indígena em quase cinco séculos de história, mas de apresentar esses indivíduos enquanto sujeitos históricos, decisivos na constituição e formação do Brasil.

Outra questão evidente nas respostas dos alunos se refere ao ‘ser’ ou ao ‘existir’ indígena, que são vistos de forma infame. Consequentemente, surge a preocupação em barrar que tais sujeitos adentrem ainda mais a sociedade não indígena, já que eles estariam, supostamente, danificando a cultura tida como civilizada – e branca.

Portanto, se o ‘outro’ aparenta estranho e inferior, não parece possível tecer com ele uma relação de alteridade, já que o processo de identificação entre as partes é dificultado e até inviabilizado. Em muitas respostas, os alunos ao se referirem aos povos indígenas, traçaram um distanciamento entre ‘eles’ (afastados do ‘eu’) e o dito brasileiro verdadeiro.

Outro ponto a destacar, que constará de forma mais enfática na segunda questão, analisada mais a frente, é o discurso da miscigenação.

Quadro 3: Respostas para a sondagem “Os índios estão acabando?”

SIM – Pois estão misturando muitas raças e ocorrendo altos índices de morte.
SIM – Pois a maioria dos índios estão entrando ainda mais na sociedade tendo filho que não possuem a mesma cultura que as gerações passadas.
SIM – Toda raça presa no Brasil está acabando, pois existe grande mistura de raça, classe e povos.

Fonte: PIBID, 2018.

Nas respostas acima, verifica-se um componente em comum: o da crítica à mistura étnica e cultural. Segundo esses alunos, ao se amalgamarem, os indígenas se desviam do que é entendido como uma cultura original e/ou fundadora. Vale refletir que este debate não costuma ser levantado em situações em que dois indivíduos não indígenas resolvem se 'misturar'.

II – Discurso da modernização e da aculturação

Nesta narrativa, os indígenas morrem porque não 'evoluem' e não se moldam aos ideais, crenças, leis e normas morais e sociais dos não indígenas, as quais são consideradas, segundo esta percepção, as expressões máximas da civilização. Esta concepção reifica a cultura – ou as culturas – e está vinculada à ideia de assimilação e cooptação de tais populações por parte dos não indígenas. Dessa forma, os indígenas ainda desfrutariam de um estilo figurativo e pétreo de vida, aos moldes dos tempos da colonização brasileira dos séculos XVI e XVII.

Quadro 4: Respostas para a sondagem "Os índios estão acabando?"

SIM – Mesmo que a cultura indígena seja muito forte no Brasil, a sociedade está evoluindo, e com isso as culturas tão mudando e para sobreviver eles são obrigados a se adaptar.
SIM – [...] Os índios estão perdendo parte de sua tradição, e se comportando como os brancos, fazendo parte cada vez mais da sociedade.
SIM – Na minha opinião, os índios estão acabando porque os indígenas estão deixando a sua origem de lado que é morar na mata, caçar, viver em ocas, e se adaptar a modernidade.
SIM – Porque o mundo está evoluindo (e ninguém gosta de índios), eles estão perdendo as terras.
SIM – Porque muitos índios estão saindo das ocas e da mata, vindo para a cidade, onde eles trabalham e moram. Deixando a cultura de índio e vivendo como a maioria.
SIM – Por falta de moradia ou emprego eles saem das suas aldeias.

Fonte: PIBID, 2018.

Dessa forma, direcionam-se críticas, cobranças e incompreensões sobre a mutabilidade das conformações culturais das diferentes etnias indígenas, julgamento que não costuma ser recorrente quando no caso das populações não indígenas, as quais tendem a ser analisadas em suas respectivas historicidades.

III – Povos discriminados e que sofrem preconceitos

Em duas respostas as justificativas foram colocadas em forma de denúncia, com tom de indignação aos atos de discriminação direcionados aos povos indígenas.

Quadro 5: Respostas para a sondagem “Os índios estão acabando?”

SIM – Os indígenas [...] a cada ano eles estão menos visíveis na sociedade, o principal motivo disso é a ‘discriminação’ na escola, na faculdade, em vários ambientes podemos ver claramente que eles recebem olhares diferentes.
SIM – A discriminação é constante com influências das pessoas com mal caráter, as pessoas julgam os indígenas sem querer ter curiosidade de saber como vivem suas crenças, sua cultura. Enfim em vez disso a sociedade entende que o índio era selvagem os tratam feito bicho, um desumano que não tem direito a nada e principalmente inclusão na sociedade como um ser ‘cidadão’.

Fonte: PIBID, 2018.

É preciso considerar que essas duas justificativas são pertinentes à realidade dura e sofrida pelos indígenas de Dourados, do MS e de todo o Brasil. Contudo, não apenas pelo equívoco de afirmarem que os índios estão acabando, são respostas que denotam a visão predominante vitimizadora em relação ao passado e presente das etnias indígenas do país.

Considerando as 43 respostas que assinalaram a opção “NÃO’, ou seja, que os índios não estão acabando, as justificativas foram, de forma geral, curtas e sem muita elaboração, como é o caso de um aluno que escreveu: “Porque não”, ou outro “Não sei, muito menos me importo se estão ou não acabando”. De todo modo, elas foram organizadas em 4 grupos: I – Povos privilegiados: assistencialismo e tutela; II – Indígena como invasor de terras; III – Discurso da modernização; IV – Indígena historicizado.

I – Povos privilegiados: assistencialismo e tutela

Nas respostas em que o ‘NÃO’ foi assinalado, a justificativa preponderante foi a de que os povos indígenas brasileiros gozam de privilégios concedidos pelo Estado. Nesse caso, é importante destacar a influência da criação, por parte do empresariado e de grandes latifundiários - com auxílio de veículos midiáticos - de uma narrativa que defende a criminalização dos movimentos indígenas, o que, consequentemente, beneficia os interessados no engendramento e propagação deste discurso.

Quadro 6: Respostas para a sondagem “Os índios estão acabando?”

NÃO – Em minha opinião hoje em dia os índios aparecem mais, hoje eles podem ser mais privilegiado, no meu ponto de vista hoje em dia eles são mais vistos.
NÃO – Há muitas comunidades indígenas espalhadas pelo Brasil, o governo dá muito auxílio para eles e incentiva eles a aumentar suas comunidade. Com mais filhos os indígenas recebem uma quantia do governo.
NÃO – Eles estão perdendo aos poucos os seus espaços, mas sabem o benefício que ganham e fazem muitos filhos, e muitas vezes se vitimizam demais.

NÃO – Eles são uma grande população ‘inferior’, cheia de oportunidades. Se reproduzem com bastante impacto na sociedade por dependerem do governo.
NÃO – Eu acho e pelas as notícias que escuto não porque quando a morte de índios, os assassinos são os próprios índios então é o que eu acho. E fiquei sabendo que quando se tem um filho índio ganha um dinheiro aí é que as mulheres faz mais filhos.
NÃO – Não, porque tem a funai que protege eles.
NÃO – Não acho que eles estejam acabando porque eles estão em toda parte do Brasil ainda mais porque o governo privilegia muitos os indígenas recebem bolsa família e tudo mais existem muitos indígenas que ficam por conta própria.
NÃO – Pois eles não fazem nada, vivem de coisas ganhadas ou até roubam coisas dos outros. Eu não sou a favor dos índios, só fazem coisas erradas, são agressivos e são protegidos de todas as formas. Por isso se multiplicam cada vez mais.

Fonte: PIBID, 2018.

Em tais respostas, é possível reconhecer a difusão de um discurso de ódio às populações indígenas, e inclusive a construção de um sentimento de retaliação devido à percepção de que elas desfrutariam de prerrogativas e direitos que beneficiam desproporcionalmente estes povos, quando comparados ao restante da sociedade brasileira. São justificativas infundadas que reproduzem as falácias que os indígenas são preguiçosos e vivem dos projetos assistencialistas do poder público e da tutela do órgão indigenista. O reconhecimento da alteridade e a valorização da diversidade estão distantes das perspectivas desses alunos, os quais não tiveram acesso a historicidade das etnias indígenas que estão presentes em seu cotidiano. Dessa forma, impera-se a intolerância e o preconceito, fortes barreiras para o convívio democrático entre indígenas e não indígenas.

II – Indígena como invasor de terras

Entre as taxações e os estereótipos dados aos indígenas, está o de invasor de territórios alheios, característica que dota estes povos de uma carga criminosa e bárbara.

Quadro 7: Respostas para a sondagem “Os índios estão acabando?”

NÃO – [...] Eles tem muitos direitos, esses índios filhos da mãe vão e assaltam proprietários, matam e fogem o ‘caramba a 4’ e depois ainda são soltos, isso é uma pouca vergonha, e eles não estão acabando coisa nenhuma.
NÃO – Porque o que se mais ouve é que índio estão invadindo fazendas, e matando os gados e querendo expulsar fazendeiros. A funai deu um pedaço de terras para eles e continuam invadindo terras dos outros.

Fonte: PIBID, 2018.

Trata-se da noção de um indígena selvagem, mau e desordeiro que precisa se contentar com seu pedaço de terra, dado pela FUNAI, como se fosse uma benevolência do órgão indigenista.

III – Discurso da modernização

Novamente a ideia de separação do indígena do restante da sociedade, partindo do pressuposto de que a presença desses sujeitos nas cidades representa a sua aculturação e a eliminação de sua cultura.

Quadro 8: Respostas para a sondagem “Os índios estão acabando?”

NÃO – Muitos nos dias de hoje tentam se encaixar na sociedade, muitas das vezes fugindo de sua cultura e não se denominando índio por sentir algum tipo de vergonha, mas não deixa de ser índio.
NÃO – Para mim o que está acabando é a forma de sua cultura, pois muitos índios estão deixando de viver na sua aldeia para viver na cidade em busca de empregos [...].

Fonte: PIBID, 2018.

São questões que serão mais aprofundadas nas abordagens da segunda questão: o verdadeiro índio é o que vive pelado na floresta?

IV – Indígena historicizado

Por fim, em apenas duas respostas foi possível perceber uma tentativa de análise dos indígenas como sujeitos localizados num tempo-espaço, ou seja, indivíduos que se movimentam e se manifestam histórica e culturalmente de acordo com a dinâmica de cada contexto.

Quadro 9: Respostas para a sondagem “Os índios estão acabando?”

NÃO – Porque os índios tem suas famílias, então vai passando de geração em geração, pais, filhos, sobrinhos e entre outras. Então não seria possível os indígenas (índio) acabar.
NÃO – [...] Os índios obtiveram vários direitos sociais resultante de muito tempo de luta, direitos esses que preservam e levam adiante sua cultura, para que ’seu povo não acabe’.

Fonte: PIBID, 2018.

São respostas que apresentam algum conhecimento da historicidade dos povos indígenas no Brasil, colocando-os como sujeitos que elaboram estratégias, obtêm conquistas e ensinam as novas gerações o seu modo específico de viver. Essa compreensão histórica permite respeitar a existência do outro e reconhecer a sua diversidade.

Cultura e identidade indígena: historicizando para a contemplação e valorização da diversidade cultural

Cultura é aquilo que resulta da vivência social de um grupo no seu interior ou no contato com outros. Transformações ocorrem em todas as sociedades, em virtude das relações sócio históricas estabelecidas entre os sujeitos. Mudanças culturais na vestimenta, alimentação, rituais, músicas, costumes, valores etc. são comuns em qualquer pessoa e/ou grupo étnico.

Portanto, os elementos culturais indígenas também passam por processos de transformações, sem fazer com que eles deixem de ser indígenas. Exemplificando, o acesso aos objetos tecnológicos, nesta era da globalização e da informação, também é objetivo das etnias indígenas, inclusive como forma de reforçar as suas identidades.

Muitos ainda esperam encontrar o 'índio de 1500', não compreendendo suas historicidades e a maneira com que as histórias das 305 etnias indígenas presentes no Brasil, permitem entender suas transformações e especificidades culturais e seus modos particulares de vida.

Atualmente, os povos indígenas situados no território brasileiro negociam e se articulam com outros indígenas e não indígenas, renovando e ressignificando aspectos culturais e tradições que lhes são próprias, de acordo com seus interesses e sua visão de mundo.

No Mato Grosso do Sul são doze etnias: Atikum, Kaiowa, Guarani, Guató, Kadiwéu, Kiniquinau, Ofaié, Terena, Chamacoco, Camba, Chiquitano, Ayoréu. Em Dourados – MS a presença indígena é considerável, com destaque aos representantes das etnias Kaiowa, Guarani e Terena. Como demonstrado na análise da questão sobre a demografia, em nenhuma resposta dos alunos se encontrou algo específico sobre essas etnias, mas apenas abordagens dos índios no sentido genérico.

Os indígenas estão presentes nos espaços urbanos e rurais, nas escolas e universidades, com diferentes elementos culturais, mas mantendo a(s) sua(as) identidade(s). Estas independem das vestimentas, maneira de falar e agir e do espaço físico ocupado. Nas palavras de Elias Moreira Terena, professor da escola indígena da RID e membro da etnia Terena: "O índio tem uma essência muito bem guardada, valores que muitas vezes olhos superficiais não conseguem enxergar".

Infelizmente, essa superficialidade foi predominante nas respostas dos alunos à segunda questão. Das 89 respostas obtidas sobre a pergunta "Em sua opinião, o índio verdadeiro é aquele que vive pelado na floresta?", 16 (18%) alunos responderam 'SIM', enquanto 73 (82%) assinalaram o 'NÃO'. Apesar de habitarem uma cidade

que possui a presença significativa dos indígenas, muitos alunos demonstraram o estereótipo de que o verdadeiro índio, ou seja, o 'índio puro', precisa estar no meio da floresta, com poucas roupas, com arcos e flechas, vivendo da caça e da pesca. Mesmo entre os alunos que assinalaram o 'NÃO', essa visão mitológica é ratificada. A Tabela 2 expõe os resultados das respostas dos alunos nas três escolas participantes do Pibid.

Tabela 2: Resultado da sondagem "O verdadeiro índio é o que vive pelado na floresta?"

Nome da Escola	Respostas SIM	Respostas NÃO
Vilmar Vieira de Matos	4	20
Floriana Lopes	5	22
Alicio de Araújo	7	31
Total	16	73

Fonte: elaborado pelos autores.

Novamente será analisado o conjunto das respostas afirmativas e, na sequência, a abordagem se dará sobre as respostas que assinalaram o 'NÃO'. Os alunos que optaram pela alternativa 'SIM' – 16 no total – além de corroborarem a ideia do indígena pelado e isolado na floresta, ainda reforçaram outros estereótipos. Suas justificativas foram sistematizadas em quatro grupos: I – Assimilação cultural; II – O índio verdadeiro; III – Preguiçoso e sem lei; IV – Índio privilegiado.

I – Assimilação cultural

Um dos grandes desafios para o ensino de história e cultura indígena é superar a visão tradicional dos povos indígenas do contexto colonial, que foi elaborada pelos viajantes europeus em suas cartas e relatos e reproduzida nos livros didáticos de história, sedimentando-se no imaginário da sociedade brasileira. É preciso um debate sólido sobre o processo de dinamicidade cultural, que estabeleça analogias com as transformações culturais dos não indígenas e esclareça as mudanças nas diversas etnias em suas respectivas contextualizações históricas.

Algumas respostas dos alunos se assemelham às antigas classificações em relação aos povos indígenas do Brasil: muito índio (índios puros); pouco índio; não mais índio (mestiçado).

Quadro 10: Respostas para a sondagem "O verdadeiro índio é o que vive pelado na floresta?"

SIM – Pelado talvez não, mas aquele que vive na floresta tem tendências muito mais indígenas que os da cidade.

SIM – Após a chegada dos europeus no Brasil os nativos acabaram adotando o estilo de vida dos europeus acabando assim com algumas tradições. Porém outra parcela dos nativos manteve todos seus costumes alguns até adentrando ainda mais na floresta.
SIM – Depende os antigos, os primitivos no caso viviam pelados, mas os de agora se acostumaram com a cultura do branco, mas depende de cada cultura ou tribo.

Fonte: PIBID, 2018.

São justificativas que revelam a ideia de que os indígenas foram cooptados pela normativa social dos não índios, ou seja, que foram aculturados, assimilados ou integrados a uma pretensa sociedade brasileira. Além disso, se faz o debate sobre a autenticidade indígena, isto é, sobre quais as categorias e aspectos existentes que devem ser seguidos por estes sujeitos para que eles se tornem 'índios verdadeiros'. A originalidade indígena, segundo esses alunos, se encontra no fato desses povos terem que viver nas florestas.

II - O índio verdadeiro

Outro grande desafio associado à temática indígena em sala de aula se refere aos exemplos presentemente constantes nos livros didáticos de história, os quais, no geral, se valem de fotos, imagens e descrições das etnias presentes na região amazônica. Carregados de uma visão idílica e romantizada, esses conteúdos fazem com que os alunos, como no caso dos de Dourados – MS, não visualizem os indígenas que circulam no seu cotidiano enquanto integrantes de uma determinada etnia.

Quadro 11: Respostas para a sondagem "O verdadeiro índio é o que vive pelado na floresta?"

SIM – Porque são os verdadeiros costumes deles pois vivem a maioria em mata.
SIM – Os índios verdadeiros moram em oca sim, mas pelos lados do Amazonas, porque os índios de hoje em dia moram em cidades, tem suas casas ou moram em aldeias próximas a cidades, ou até mesmo em beira de BR nos seus barracos de lona.

Fonte: PIBID, 2018.

Nota-se que além do isolamento, a justificativa vinculou o indígena à concepção de empobrecimento. Respostas deste tipo debatem sobre o que configura, de fato, o indígena verdadeiro e, de acordo com as próprias justificativas e argumentações, analisam que se trata de tudo aquilo que é ligado à noção figurativa e caricata desse sujeito.

Dito isto, reforça-se a necessidade de que o ensino de história e cultura indígena se associe à história regional/local, aprofundando as questões pertinentes às etnias que são tangíveis pelos alunos, detalhando suas historicidades e seus elementos

culturais e desconstruindo ideias estigmatizadas e essencialistas em relação aos povos indígenas.

III – Preguiçoso e sem lei

A narrativa de um povo sem lei, sem rei e sem Deus reafirma a necessita da catequização e civilização. É importante ressaltar que esse discurso fora utilizado para legitimar o processo de colonização, ou seja, de escravização da mão de obra indígena - e mesmo a sua eliminação física - e a invasão dos seus territórios.

Quadro 12: Respostas para a sondagem “O verdadeiro índio é o que vive pelado na floresta?”

SIM – Porque tipo assim eu tenho certeza que sim, porque eles ainda regulam a tradição deles sem nenhuma lei do presidente e as leis do mundo. Eles vivem por eles mesmo sem nenhuma Lei e com as leis e tradições deles.
SIM – Porque esses índios que vivem na cidade são tudo preguiçosos e vagabundos e não trabalham, só recebe dinheiro do governo e não trabalham.

Fonte: PIBID, 2018.

São justificativas que mais uma vez refletem o clima de ódio e intolerância presente no Brasil atual, que não aceita a alteridade étnica e não respeita a diversidade cultural.

IV – Índio privilegiado

Novamente se evidencia a ideia de assistencialismo e de que os indígenas são sempre beneficiados pelos governos, com o jargão de que “os índios têm até Hilux”.

Quadro 13: Respostas para a sondagem “O verdadeiro índio é o que vive pelado na floresta?”

SIM – Porque hoje em dia os índios tem mais benefícios e condições que qualquer outro da população, geralmente tem carros melhores do que outra pessoa que não é índio.
SIM – No meu ponto de vista os índios tem várias dificuldades mas conseguem o que querem e cada um tem a sua cultura.

Fonte: PIBID, 2018.

Em relação às 76 respostas que assinalaram a opção ‘NÃO’ para a questão “O índio verdadeiro é aquele que vive pelado na floresta?”, se organizou uma sistematização em 3 grupos: I – A ideia de assimilação e/ou evolução/modernização do Indígena; II – Questões raciais e fenotípicas; III – Dinâmica e especificidades culturais e as representações sobre os indígenas.

I – A ideia de assimilação e/ou evolução/modernização do indígena

Muitas respostas argumentaram que os indígenas passaram por um processo de adaptação à cultura da sociedade não indígena. Isso se torna problemático e mais uma ramificação estereotipada sobre estas populações, porque as colocam em posição de dominação e propõe, aos moldes atuais, uma nova concepção colonizadora por parte dos não indígenas. Dessa forma, os indígenas são eclipsados e compreendidos como passíveis das mudanças, as quais não ajudaram a construir como sujeitos político-sociais, mas assimilados pelos detentores de uma suposta cultura mais forte – europeia e ocidental.

Quadro 14: Respostas para a sondagem "O verdadeiro índio é o que vive pelado na floresta?"

NÃO – Não, porque os índios são modernos hoje em dia e também tem muitos índios que nem vive mais em floresta, eles tem casas e tudo mais.
NÃO – Não, né [...] desde a antiguidade havia os que faziam roupa de palha, matas, folhas, etc, e havia os pelados.
NÃO – Além de ser muito feio é uma falta de respeito o índio não necessariamente precisa usar roupas mas usar alguma coisa para tapar suas partes íntimas e ser bem visto pelas pessoas que vão conhecer sua cultura.
NÃO – Índio é um povo que hoje em dia vive também em cidades populosas, se vestem normal e andam pela cidade vestidos.

Fonte: PIBID, 2018.

Alguns exemplos contêm certo tom de reclamação, justificando que os indígenas não vivem pelados, mas sinalizando que a nudez é desrespeitosa e imoral. Em outros respostas, aparece a ideia de um certo primitivismo com as vestimentas antigas dos indígenas, além da atribuição de noções de empobrecimento e inferiorização ao modo de vida dessas populações.

Em algumas justificativas consta a concepção de socialização, sugerindo que os indígenas não alteraram seus modos de vida devido às transformações postas pelos processos históricos, mas por causa do desejo de imitar o chamado 'homem branco' que é, ao mesmo tempo, abstrato, mas compreendido como um sujeito universalizante, que age para integrar ou cooptar o indígena. A percepção do não indígena por intermédio do mito do 'homem branco salvador', ou seja, do indivíduo bondoso, solidário e benemerente, também é expressa nas respostas.

Quadro 15: Respostas para a sondagem "O verdadeiro índio é o que vive pelado na floresta?"

NÃO – É comum que habite a ideia primitiva de que os índios não passaram pelo processo de socialização, logo quando vemos um índio vivendo como o homem branco, duvidamos ou desconsideramos ele como índio.

NÃO – Índio meio que se socializou na sociedade, e mora perto da city.
NÃO – Pois hoje em dia 90% deles tem o que vestir pois a sociedade ajuda eles doam bastante roupas para várias aldeias, mas porém algum deles ainda não tem em algumas cidades.

Fonte: PIBID, 2018.

Assim, novamente, esses indivíduos são alocados aos postos da passibilidade e do assistencialismo, em que não lhes são reservados espaços para ação e movimentação enquanto sujeitos históricos. De forma geral, as respostas consideram que nem todos os indígenas vivem pelados, mas que quem o faz, ainda não passou pela 'modernização' necessária. Portanto, essas populações não são compreendidas em suas especificidades étnicas e culturais, mas divididas e dicotomizadas entre evoluídas e atrasadas.

Resumidamente, o parâmetro de modernização não são os impactos das transformações contextuais, mas as formas de vida que a sociedade não indígena decide adotar.

II – Questões raciais e fenotípicas

Este tópico considera as respostas que vincularam diretamente a noção de cultura com as questões sanguíneas e raciais, como se a descendência fosse o suficiente para determinar a conformação étnica do indivíduo.

Quadro 16: Respostas para a sondagem "O verdadeiro índio é o que vive pelado na floresta?"

NÃO – Ser indígena não é só andar pelado, muitos não seguem mais essa tradição. Ser indígena não é questão de vestimenta e sim de sangue (ou seja, se você tem descendência indígena, você é um índio).
NÃO – Para mim 'ser índio' não é simplesmente fazer o que os índios nativos faziam, mas sim pertencer a tal etnia, ter em suas veias o sangue de seu povo de origem, não é preciso viver pelado na floresta para fazer parte dessa etnia.
NÃO – A pessoa é índio independente de onde ela mora e como ela vive, o que diz se uma pessoa é índio ou não é o sangue e também vários outros índios que vivem em casas ou comunidades, e com costumes de pessoas de outras raças.

Fonte: PIBID, 2018.

III – Dinâmica e especificidades culturais e as representações sobre os indígenas

Uma parte das respostas concentradas nesse item se fundamentou na noção de que cada etnia (o termo tribo – inadequado – foi utilizado de forma recorrente) ou sujeito indígena possui particularidades culturais e, por isso mesmo, seria difícil estabelecer como cada indivíduo vive.

Quadro 17: Respostas para a sondagem “O verdadeiro índio é o que vive pelado na floresta?”

NÃO – A cultura indígena não é baseada somente nisso, pois cada tribo tem seus costumes, modo de se vestir e características próprias e usar roupa não faz um indígena ser menos índio.
NÃO – Porque vai da sua cultura, pois cada um tem um modo de viver, tem suas tradições em cada tribo, suas crenças, eu acho que isso vai depender muito também da sua localidade e não que índio verdadeiro é aquele que anda pelado pela floresta, pois tem muitos indígenas que tem vida social diferente.

Fonte: PIBID, 2018.

Em outras justificativas foram consideradas as argumentações nas quais os alunos associaram as suas respectivas cargas de experiências, obtidas pela observação, dedução ou pelo contato com produções artísticas, como forma de presumir como os indígenas são e vivem.

Quadro 18: Respostas para a sondagem “O verdadeiro índio é o que vive pelado na floresta?”

NÃO – Em nossa cidade os índios tem casas próprias e não andam pelados, já eu acho que em outros lugares há algumas tribos que andam com poucas roupas, assim como mostra em alguns filmes, acho que depende da região porque o índio não vai deixar de ser índio por ter uma propriedade ou morar em florestas e cabanas.
NÃO – Na minha opinião eu acho que depende das tribos, porque em muitas tribos do MS, a vestimenta não é conhecida, no lugar das roupas eles fazem pinturas no corpo.
NÃO – Porque na minha cidade tem uns que andam na rua. Então não é só em florestas. E com roupas normal.
NÃO – Não porque existe várias tribos com suas regras uns pelados outros não aqui em Dourados mesmo tem vários índios mas todos com roupas na Amazônia tem mas pelados.
NÃO – Porque eu já vi tantas populações em redes sociais (FACEBOOK/ WHATSAPP) que os índios de hoje em dia e os de antigamente eles não precisam ficar pelados para se demonstrar como índios porque hoje em dia todos podem ter sua roupa para usar.

Fonte: PIBID, 2018.

Nessas últimas respostas ficou evidente que as noções que os alunos possuem sobre os indígenas se relacionam ao que eles visualizaram na cidade de Dourados e no estado de Mato Grosso do Sul, assim como, às construções imagéticas difundidas por meio de filmes, novelas, seriados etc. Como visto, a última justificativa recorreu às redes sociais, como forma de afirmar que os indígenas não vivem pelados.

Uma parte das respostas considera a movimentação das engrenagens históricas e das transformações no tempo e no espaço, ou seja, demonstra conhecer a importância dos processos históricos, que culminaram em transformações nas formas de vida e na cultura das etnias indígenas.

Quadro 19: Respostas para a sondagem “O verdadeiro índio é o que vive pelado na floresta?”

NÃO – Não é porque na época da colonização que os índios se portavam desse jeito que nos dias de hoje o verdadeiro índio vive da mesma maneira, os tempos mudaram e todos evoluíram.
NÃO – Um verdadeiro índio é aquele que mantém suas crenças, raízes e culturas independente da situação. Apesar de que no período da colonização os índios eram reconhecidos por não utilizarem roupas, mas nos dias atuais a realidade é diferente.
NÃO – Porque índio de verdade é aquele que tem origem, não é porque eles são índios que vão andar pelados, antigamente era assim porque não se descobriu a roupa. Mas índio verdadeiro na minha opinião é os que tem essa cultura de ser índio.
NÃO – Porque os tempos mudaram hoje em dia há poucos índios que vive pelado na floresta isolado de todos, hoje há muitos índios nas escolas, morando em casa boa, usam celulares, andam de moto e carro não são mais aqueles que vivem no meio da mata pelados igual algumas pessoas acham.
NÃO – O índio vive como qualquer pessoa, com casa, tecnologias e etc. O mundo e as pessoas estão avançadas, não é porque é índio que tem que viver pelado na floresta.
NÃO: Porque o índio ele é uma pessoa normal como todos eles não precisam sair pelado para falar que são índios e nem sair com lanças e arcos e flechas.
NÃO – As pessoas tem uma ideia muito fechada com relação a isso, não é porque um índio tem uma casa na cidade, usa roupas digamos ‘normais’ que ele deixa de ser menos índio. A maioria dos brasileiros tem sangue de índio e não gostam de admitir isso pelo fato de quem nós como sociedade menosprezamos a importância que eles tem como um todo.

Fonte: PIBID, 2018.

Apesar de conter algumas argumentações pertinentes, com certa contextualização histórica, as justificativas evidenciam um conhecimento fragmentado, porque assumem o discurso de evolução ou aculturação em alguns momentos, corroboram com as visões essencialistas em certas passagens e, às vezes, reafirmam a postura simplesmente vitimizadora ou adotam as ideias da falaciosa teoria da miscigenação, como na última resposta, que utiliza a concepção do povo brasileiro que é, irrestritamente, miscigenado, ou seja, não se reconhece as diferenças, as alteridades e as diversidades, promovidas pela história.

Considerações finais

Contemporaneamente são inúmeros os desafios para o ensino de história e cultura indígena nas escolas da atualidade. Há um grande distanciamento entre a produção acadêmica sobre a questão indígena e o conhecimento histórico construído nos espaços escolares. A Lei 11.645/2008, após treze anos, enfrenta grandes resistências em sua efetivação e obteve êxitos limitados e pontuais. A inclusão de disciplinas na matriz curricular na formação inicial de professores, assim como os cursos de formação continuada, organizados por secretarias estaduais e municipais

em parceria com universidades, não alteraram de forma significativa a maneira como os indígenas são abordados em sala de aula. As próprias alterações/inclusões dos conteúdos de história indígena nos materiais didáticos não conseguiram desconstruir os mitos e estereótipos presentes no imaginário dos alunos, conforme evidenciado na respostas analisadas nesse estudo.

Nos últimos anos o crescimento das ideias conservadoras e a instalação de um projeto político vinculado à ordem colonial colocam em ameaça não apenas a concretização da Lei 11.645/2008, como também as conquistas asseguradas na CF de 1988, mais precisamente o reconhecimento da alteridade étnica e da valorização e do respeito à diversidade cultural. Nesse cenário, conforme Albuquerque Jr (2012, p. 33):

> A história tem, assim, um importante papel a exercer nesse mundo onde a alteridade, a multiplicidade e a diversidade social e cultural exigem um preparo subjetivo para a convivência com o diferente, sem o que temos e teremos crescentes manifestações de intolerância, xenofobia, até mesmo a revivência de discursos eugenistas e segregacionistas, além de práticas de agressão, violência e extermínio.

Em muitas respostas dos alunos fica evidente que o discurso de ódio e de intolerância, disseminado pelas redes sociais e meios de comunicação, tem forte influência nas argumentações dos alunos em relação aos seus posicionamentos sobre os povos indígenas do Brasil. Interpreta-se que as ideias de uma sociedade brasileira de identidade única e homogênea, reproduzidas a todo instante no cotidiano dos alunos – as vezes na própria escola – impossibilitam o convívio democrático entre indígenas e não indígenas e o reconhecimento da alteridade étnica e da diversidade cultural que caracterizam a sociedade brasileira.

Dessa forma, é preciso rever as ações realizadas nos espaços escolares, com o objetivo de atender a obrigatoriedade do ensino de história e cultura indígena. Muitas vezes, de forma pontual e isolada, concentradas nas proximidades do 19 de abril, essas ações têm se restringindo aos aspectos culturais – danças, pinturas, músicas – sem a devida contextualização histórica, reproduzindo os estereótipos do índio exótico, romantizado, idealizado e folclorizado, que acabam gerando reações irônicas e de chacota entre os alunos. Como diz Oliveira (2016, p. 45-46):

> A ocasião me parece muito adequada para propor uma outra leitura da História de nosso país. Não basta mudar as valorações da narrativa convencional, informando as crianças e a opinião pública de que os índios não são maus, indolentes ou traiçoeiros. Quando trazemos para livros didáticos, exposições e entrevistas exemplos belíssimos da humanidade dos indígenas, da elevação de seus valores éticos e estéticos, elementos de que as nossas etnografias estão repletas, não somos de fato ouvidos! De pouco vale enxertar dados e imagens em uma estrutura complexa que lhes é totalmente adversa, montada para excluir ou ressignificar informações que contrariem seus pressupostos.

Dessa forma, destaca-se a necessidade de uma aproximação concreta e contínua entre universidade e escola, pesquisadores acadêmicos e professores do espaço escolar, de modo que o conhecimento histórico produzido na academia seja pensado também enquanto material didático e paradidático para ser utilizado na educação básica. O conhecimento prévio dos alunos, embora assistêmico e fragmentado, precisa ser compreendido e considerado, como forma de problematizar estranhamentos em seus pontos de vista, os quais parecem estar cristalizados e naturalizados em virtude do que ouvem, veem e leem no seu dia a dia. Solidificar essa relação universidade e escola, contando com as possibilidades de programas como o Pibid ou projetos de extensão e os próprios estágios supervisionados, é uma estratégia que trará resultados importantes para o ensino de história e cultura indígena nas escolas.

Além disso, é preciso utilizar exemplos das etnias presentes no cotidiano dos alunos, historicizando as ações e os aspectos culturais desses indígenas. Como demonstrado, são constantes as respostas dos alunos que citam os indígenas de Dourados, mas não especificam suas respectivas etnias, reproduzindo assim, os estereótipos e os discursos preconceituosos. Trabalhar com a história local e demonstrar a historicidade dessas etnias, não adotando apenas as visões essencialistas de cultura, permitirão um novo olhar dos alunos em relação aos povos indígenas.

Exemplificando, os dados demográficos e os elementos culturais, temas abordados pelas sondagens e utilizados para a escrita desse texto, precisam ser devidamente contextualizados e não apenas jogados de forma aleatória aos alunos das escolas. Portanto, destaca-se a importância da história e do seu ensino, pois é a compreensão das historicidades das etnias indígenas que pode promover um convívio democrático entre pessoas, grupos e etnias, por intermédio do reconhecimento das alteridades e do respeito às diversidades culturais presentes em nosso país, favorecendo a sobrevivência dos povos indígenas do Brasil e a concretização de sua vida material e dos seus direitos, sobretudo, à demarcação dos seus territórios.

Referências

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. Fazer defeitos nas memórias: para que servem o ensino e a escrita da história? In: GONÇALVES, Márcia de Almeida. Et. Al. **Qual o valor da história hoje?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. p. 21-39.

ANDRADE, Juliana Alves; SILVA, Tarcísio Augusto Alves da. **O ensino da temática indígena:** subsídios didáticos para o estudo das sociodiversidades indígenas. Recife: Edições Rascunhos, 2017.

BITTENCOURT, Circe Fernandes. Reflexões sobre o ensino de História. In: **Estudos Avançados**, 32 (93), 2018. p. 127-149.

BITTENCOURT Circe M. F. As "tradições nacionais" e o ritual das festas cívicas. In: PINSKY, Jaime (Org.). **O ensino de história e a criação do fato**. 9ª Ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 43-72.

CABRINI, C. (org.). **O ensino de história:** revisão urgente. São Paulo, Brasiliense, 1986.

COLLET, Célia; PALADINO, Mariana; RUSSO, Kelly. **Quebrando preconceitos:** subsídios para o ensino das culturas e história dos povos indígenas. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria; Laced, 2014.

CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.). **História dos índios no Brasil.** São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

DAVIES, Nicholas. As camadas populares nos livros de História do Brasil In: PINSKY, Jaime (Org.). **O ensino de história e a criação do fato**. 9ª Ed. São Paulo, Contexto, 2001. p. 93-104.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de história:** experiências, reflexões e aprendizados. 7ª ed. São Paulo, Papirus, 2003.

FUNARI, Pedro Paulo; PIÑON, Ana. **A temática indígena na escola:** subsídios para os professores. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

JANOTTI, M. L. M. História, política e ensino. In: BITTENCOURT, Circe (org.). **O saber histórico na sala de aula.** 10ª ed. São Paulo, Contexto, 2005. p. 41-53.

MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. O ensino de História no Brasil: contextualização e abordagem historiográfica. In: **História Unisinos**. Vol. 15 (1), 2011. p. 40-49.

MONTEIRO, John Manuel. O desafio da história indígena no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes; GRUPIONI, Luís Donizete Benzi (Orgs.). **A temática indígena na escola:** novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília, MEC/MARI/UNESCO, 1995. p. 221-236.

MONTEIRO, John Manuel. **Os negros da terra:** índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

NADAI, Elza. O ensino de história e a "pedagogia do cidadão". In: PINSKY, Jaime (Org.). **O ensino de história e a criação do fato**. 9ª Ed. São Paulo, Contexto, 2001. p. 23-30.

NOVAK, Éder da Silva; MENDES, Luís César Castrillon. **Aproximando universidade e escola:** ensino de histórias e culturas indígenas. Jundiaí: Paco Editorial. 2021.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **O nascimento do Brasil e outros ensaios:** "pacificação", regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

PEREIRA, Júnia Sales. Do colorido à cor: o complexo identitário na prática educativa. In.: GONÇALVES, Márcia de Almeida. Et. Al. **Qual o valor da história hoje?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. p. 306-321.

PIBID. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência. **Pibid História, edição 2018-2019.** Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados (FCH/UFGD), 2018.

PINSKY, Jaime. Nação e ensino de história no Brasil. In: PINSKY, Jaime (org.). **O ensino de história e a criação do fato**. 9ª ed. São Paulo, Contexto, 2001. p. 12-22.

PINSKY, Jaime (Org.). **O ensino de história e a criação do fato**. São Paulo, Contexto, 1988.

SILVA, Ana Cláudia Oliveira da. A implantação da Lei 11.645/2008 no Brasil: um histórico de mobilizações e conquistas. In.: SILVA, Edson; SILVA, Maria da Penha da. (Orgs.) **A temática indígena em sala de aula:** reflexões para o ensino a partir da Lei 11.645/2008. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013. p. 101-136.

SILVA, Aracy Lopes; GRUPIONI, Luís Donizete Benzi (Orgs.). **A temática indígena na escola:** novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília, MEC/MARI/UNESCO, 1995. p. 221-236.

SILVA, Edson; SILVA, Maria da Penha da. (Orgs.). **A temática indígena em sala de aula:** reflexões para o ensino a partir da Lei 11.645/2008. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.

SILVA, Edson; ANDRADE, Juliana Alves de; SILVA, Tarcísio Augusto Alves da. **Formação docente e o ensino da temática indígena.** Maceió: Editora Olyver. 2021.

SILVA, Marcos Antônio; FONSECA, Selva Guimarães. Ensino de história hoje: errâncias, conquistas e perdas. In: **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 31, nº 60, 2010. p. 13-33.

WITTMANN, Luisa Tombini. (Org.) **Ensino (d)e história indígena.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

Recebido em junho de 2021.
Aprovado para publicação em agosto de 2021.